

ATA DA 138ª REUNIÃO DA CTIL

DATA: 25 e 26 de outubro de 2016

HORÁRIO: 9h às 17h

LOCAL: Sala CT-01, no Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEP 505 – Lote 2, em Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

Ministério dos Transportes: Carlos Alberto Bandeira de Mello (carlos.mello@transportes.gov.br)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Demétrios Christofidis (dchristofidis@gmail.com)

Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);

Ministério de Minas e Energia: Adão Martins Teixeira Junior (adao.junior@mme.gov.br);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio de Janeiro/São Paulo: Livia Soalheiro e Romano (cerhirj@gmail.com);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Bahia/Sergipe: Mônica Portella Lima (Monica.lima@inema.ba.gov.br);

Conselho Estaduais de Recursos Hídricos – Paraná/Distrito Federal: Ausentes;

Irrigantes: Fernando Costa Faria (Fernandogestaorh@gmail.com)

Irrigantes: Gustavo Santos Goretti (Gustavo.goretti@cna.org.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br);

Indústrias: Percy Soares Neto (psoares@cni.org.br);

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Leonardo Sampaio Costa (lcosta@imasul.ms.gov.br);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Luís Eduardo Freitas de Faria (luis.eduardo@cedae.com.br);

Comitês e Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Ausentes;

Organizações Não Governamentais – Fonasc: Gustavo Damasceno Malacco da Silva (malacco@gmail.com);

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Célia Regina Rennó (celia.renno@gmail.com);

DEMAIS PRESENTES:

Luciano Meneses C. da Silva (lmeneses@ana.gov.br);

Leonardo Estrela Borges (Leonardo.estrela@cni.org.br);

Sergio Leal (sergio.leal@abhaaraguari.org.br);

Giordano Bruno Bomtempo (giordanobruno@ana.gov.br);

Maria Aparecida B. P. Vargas (aparecidapimentelvargas@gmail.com);

Luiz Henrique Pinheiro Silva (luizhenrique@ana.gov.br);

Ney Albert Murtha (murtha@ana.gov.br);

Mariana Lírio (mariana.liro@ana.gov.br);

Luciana Bittencourt (marketing@febrapdp.org.br);

Rafaela Aloise de Freitas (rfreitas@cni.org.br);

Jussara Cabral Cruz (jussara.abrh@gmail.com);

Fernanda Laus (Fernanda.aquino@ana.gov.br);

André Torres Petry (andre.pety@ana.gov.br);

Alexandre Anderaos (alexandre.anderaos@ana.gov.br);

RELATORIA:

Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br)

51 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:** nos dias 25 e 26 de outubro de 2016, a Câmara Técnica de Assuntos
52 Legais e Institucionais (CTIL), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizou sua
53 138ª reunião, em Brasília, convocada há 20 dias, sob a presidência da Sr. Júlio Thadeu Kettelhut
54 (SRHU-MMA), tendo como Relatora a Sra. Roseli dos Santos Souza (SRHU/MMA), da Secretaria
55 Executiva do CNRH, e discutiu: **Item 1 – Abertura/Informes:** O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut**
56 **(Presidente da CTIL)** iniciou a 138ª Reunião, no dia 25 de outubro, agradecendo a todos pela
57 presença e informando que a reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) foi
58 marcada entre os dias seis a oito de dezembro. O Sr. **Percy Soares (Indústria)** solicitou informações
59 sobre a mudança de Secretário da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU). O
60 Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut** informou que o secretário atual irá assumir a presidência do Instituto
61 Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e que ainda não foi definido um novo
62 nome para a pasta, sendo que o Sr. Jair Vieira Tannus Junior foi indicado como secretário substituto.
63 Finalizado os informes passou-se para o **Item 2 – Eleição de presidente da CTIL.** A Sra. **Eldis**
64 **Camargo (ANA)** propôs o nome do Sr. Julio Thadeu, atual presidente, o que foi aceito pelos demais
65 presentes. O Sr. **Julio Thadeu** agradeceu pela confiança e, a fim de agilizar os trabalhos, e vencer
66 a extensa pauta, solicitou que as falas fossem restritas a 3 minutos, seguidas de deliberação. Após
67 isto, foi realizada a apresentação dos presentes. O Sr. **Sergio Leal (ABHA – CBH Paranaíba)**
68 solicitou inversão de pauta, informando que os representantes do CBH Paranaíba só poderiam
69 participar da reunião no dia 25. Na proposta, os itens 7 e 8 seriam tratados antes dos demais. Este
70 encaminhamento foi aprovado pelos membros da câmara. **Item 3 - Aprovação da Ata da 137ª**
71 **Reunião da CTIL.** A ATA foi aprovada com a abstenção do Sr. **Gustavo Malacco (ONG).** Inversão
72 de pauta. **Item 7 - Proposta de Resolução que “Aprova a prorrogação do prazo de indicação da**
73 **Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari**
74 **para desempenhar funções de Agência de Água do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba”.**
75 **Deliberação CBH Paranaíba nº 66, de 11 de outubro de 2016.** O Sr. **Sergio Leal (ABHA – CBH**
76 **Paranaíba)** informou que quanto à indicação da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos
77 Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (ABHA), foi publicado um edital para escolha da
78 Agência de Bacia para o CBH Paranaíba, mas não apareceram interessados. Como a delegação atual
79 se encerraria no dia 31/12/2016, o que deixou o Comitê sem tempo hábil para a realização de novo
80 edital, optou-se por prorrogar o prazo de delegação para a ABHA, por mais 2 anos. O Sr. **Gustavo**
81 **Malacco (ONG)** solicitou a retirada deste item de pauta, justificando que a prorrogação de prazo
82 foi aprovada por meio de *ad referendum* e que ocorreram pedidos de vista ao processo. Informou
83 que o FONASC solicitou que a reunião do comitê fosse antecipada, para ser realizada antes da
84 reunião do CNRH, o que não ocorreu. Solicitou que o assunto fosse tratado após a realização de
85 reunião do comitê, prevista para 15/12/2016. O Sr. **Sergio Leal (ABHA – CBH Paranaíba)** alertou
86 que caso o assunto não fosse deliberado o comitê ficaria sem responsável pela gestão. Disse que
87 entendia a posição do Sr. Gustavo, mas que o assunto só não foi deliberado no comitê por conta do
88 pedido de vista do próprio FONASC. O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)**
89 ressaltou que seria importante que o comitê se reunisse antes da plenária do CNRH. Neste sentido,
90 o Sr. **Sergio Leal** informou que o comitê faria o possível para que isto ocorresse. O Sr. **Júlio**
91 **apresentou a seguinte proposta:** a CTIL elaborará um parecer, sobre a questão, porém este será
92 condicionado à realização da reunião do comitê antes do CNRH. Após isto foi iniciada a leitura e
93 discussão da proposta de resolução. O Sr. **Percy Soares (Indústria)** argumentou sobre a viabilidade
94 econômica para a manutenção da agência. O Sr. **Leonardo Estrela (Indústria)** apontou que isto
95 seria uma questão legal, e que a CTIL teria competência legal para analisar a questão, por ser um
96 pressuposto da Lei 9.433/97. O Sr. **Leonardo Costa – (Comitê Paranaíba)** informou que a CTCOB
97 trabalhou com a viabilidade financeira da delegatária, porém ainda não havia o nome da ABHA. A
98 Sra. **Livia Romano (CERHIRJ)** ratificou que a CTCOB discutiu a viabilidade da agência da
99 ABHA. O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** propôs a votação da proposta de
100 aprovação de prorrogação da ABHA, com a condicionante que seja realizada reunião no comitê

antes da realização da reunião do CNRH. O **Sr. Gustavo Malacco (ONG)** votou contrário e o setor das indústrias se absteve. A proposta de resolução foi aprovada, com o compromisso de que o comitê aprovaria a prorrogação da ABHA a tempo de entrar na plenária do CNRH. **Item 8 - Proposta de Resolução que “Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba”**. Deliberação CBH Paranaíba nº 61, de 10 de março de 2016. Matéria encaminhada pela CTCOB. A **Sra Livia Romano (CERHIRJ)** apresentou breve relato das discussões na CTCOB, onde os pontos principais foram o escalonamento da cobrança e a questão de utilização de um índice de reajuste/indexador, ambos aprovados pela câmara. O **Sr. Leonardo Costa (Comitê Paranaíba)** informou sobre a moção da plenária do comitê que recomenda que a cobrança seja realizada sem a utilização de um indexador. Entregou uma cópia impressa aos presentes. Para o **Sr. Luiz Eduardo Farias (Prestadoras)** a indexação abre um precedente muito perigoso, que se posiciona contra o relatório da ANA. O **Sr. Fernando C. Faria (Irrigantes)** colocou que a questão de cobrança já foi discutida e acordada dentro do comitê e que a proposição de indexadores poderia inviabilizar a cobrança. Salientou que o processo de escalonamento foi proposto para evitar distorções na arrecadação. A **Sra Eldis Camargo (ANA)** afirmou que o comitê faz sugestões e que cabe ao CNRH decidir. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** colocou que fica arriscado para o CNRH apontar aumento da cobrança o que poderia inviabilizar os usuários, por conta da capacidade de pagamento. Além disso, que a proposta de correção monetária estaria um pouco vaga. A **Sra Eldis Camargo (ANA)** apontou que a indexação já foi aprovada pela CTCOB. O **Sr. Ney Murtha (ANA)** corroborou a avaliação da Sra Eldis e alegou que a CTIL não deve rever as decisões das outras câmaras, no caso da CTCOB. E colocou a questão de desvalorização do preço público, que tem sido um problema nos comitês de bacias. Adicionalmente, informou que o valor sugerido pelo comitê é o menor proposto por unidade volumétrica para todo o país, e este já estaria desvalorizado em 2018, em torno de 15%. Sendo que o compromisso da ANA é com a implementação da política e que estão apoiando a ABHA, mas existe necessidade de viabilidade. E por último solicitou que a CTIL se ativesse com as atribuições legais e institucionais. O **Sr. Deivid Lucas de Oliveira (CBH Paranaíba)** fez um breve relato de como ocorreu a discussão sobre a cobrança no comitê, com decisão por unanimidade, sendo que a questão do indexador não foi prevista na época das discussões, o que deixa a diretoria em uma situação desconfortável. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** colocou que as competências da CTIL estão bem definidas e opinou que a indexação proposta pela ANA estaria indo contra o espírito da Lei 9.433. A **Sra Eldis Camargo (ANA)** informou que a CTCOB foi quem determinou a indexação dos valores. O **Sr. Demétrius** discorreu sobre a cobrança e os outros instrumentos da lei e não viu sentido em correção monetária para a cobrança, que deve ser dirigida prioritariamente aos usuários que causam poluição. **Sr. Gustavo Goretti (Irrigantes)** ponderou no sentido de que se os representantes do comitê entendem que a indexação da cobrança será prejudicial para o gerenciamento da bacia, não se deveria continuar com essa proposta. A **Sra Sonáli Cavalcanti Oliveira (Concessionárias)** discorreu sobre a legislação afeta ao tema, dizendo que cabe ao CNRH definir a cobrança com os subsídios do estudo da ANA e as sugestões do comitê. Que, neste sentido, poderia ser pensada uma resolução do CNRH sobre a questão de indexação, que valeria para todos os comitês, conforme aventado pelo Sr. Julio Thadeu. O **Sr. Ney Murtha (ANA)** colocou que a proposta da ANA é coerente com o estabelecido no plano de recursos hídricos da bacia, e que a avaliação dos valores propostos pelo comitê não faz jus àquele condomínio que compõe as diversas dominialidades, e concluiu que comitê não fez seu dever de casa no que se refere aos valores propostos para a cobrança, e que somente o valor proposto para o quinto ano de cobrança faria jus a parcela do Paranaíba para este condomínio. Sendo que a ANA propôs a CTCOB que fossem alterados os valores, para que o valor previsto para cobrança fosse aquele no patamar máximo do escalonamento proposto. Quanto à indexação, argumentou que não se trata de aumentar os valores a serem cobrados e sim de manter o poder de compra do valor arrecado, uma vez que o país vive em um ambiente inflacionário.

Enfatizou que a sugestão da ANA é coerente com o Plano de Bacia aprovado pelo próprio comitê e progressividade é diferente de correção. Por fim, fez uma proposta de encaminhamento, para que uma vez que não existe hierarquia entre as câmaras do CNRH, a CTIL analisasse somente a questão institucional e legal da proposta da CTCOB. O **Sr. Gustavo Malacco (ONG)** defendeu o princípio da descentralização, fortalecendo as decisões do comitê, e lembrou que a decisão da CTCOB pela indexação foi muito polêmica, com resultado de votação bastante apertado. O **Sr. Giordano Bruno (ANA)** relatou experiências do Brasil e outros lugares do mundo onde existe a cobrança com correção e indexação, citando a cobrança do setor elétrico realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Mencionou o problema que vem ocorrendo em outras bacias, onde os valores da cobrança estão sendo defasados e depreciados ano a ano. Opinou que não houve nenhuma afronta ao princípio da descentralização na proposta da ANA, pois os comitês não têm conseguido gerar os valores da cobrança de forma adequada. O **Sr. Demétrios Christofidis (MAPA)** colocou que a correção da cobrança deve ser executada após a análise dos efeitos desta em toda bacia e da efetividade das ações propostas, para que não se configure um imposto, pois a cobrança é um instrumento de gestão. A **Sra Sonáli Cavalcanti Oliveira (Concessionárias)** propôs em uma tentativa de acordo, alteração do parágrafo 2º para: somente sujeitos a correção. O **Sr. Júlio Thadeu (Presidente da CTIL)** colocou o assunto em votação com as seguintes propostas: manter ou retirar o parágrafo 2º, por conta de interpretação da CTIL que a medida fere os princípios da lei, e a decisão do comitê, podendo inclusive inviabilizar a capacidade de pagamento por parte dos usuários. Deixando claro, que nada impede que algum conselheiro solicite a reinclusão deste item. A **Sra Eldis Camargo (ANA)** fez uma contraproposta de que a questão fosse decidida pela plenária do CNRH, e talvez até, diante dos debates na reunião, acompanhada de um parecer da CONJUR/MMA. O **Sr. Julio Thadeu (Presidente da CTIL)** observou que a CONJUR presta assessoria ao ministro, porém não toma decisões, sendo que estas devem ser tomadas pelo CNRH, sendo a CONJUR encarregada de analisar a existência de alguma incongruência legal. Esclareceu que a CTIL é encarregada de analisar a questão institucional e legal, e na reunião do CNRH poderia ser discutido o mérito destas proposições. O assunto foi posto em votação, com o encaminhamento de exclusão do § 2º do art.1º da proposta de resolução, considerando o entendimento de que a indexação fere os princípios da Lei 9.433/1997. Por decisão da maioria dos presentes, o § 2º foi retirado. A Agência Nacional de Águas solicitou que o artigo constasse da proposta de resolução que seria encaminhada à plenária, colocando o texto em tachado. Apresentadas estas considerações e realizados os ajustes necessários, a CTIL aprovou a proposta de Resolução para análise e aprovação pelo Plenário do CNRH, com a recomendação de excluir o § 2º. **Item 9 - Proposta de Resolução que “Aprova os critérios para estabelecimento de acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, considerados insignificantes, para isenção da obrigatoriedade da outorga de direito de uso de recursos hídricos nos corpos d’água de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba”.** Deliberação CBH Paranaíba nº 61, de 10 de março de 2016. Matéria encaminhada pela CTPOAR. O **Sr. Luciano Meneses (ANA)** colocou que a proposta se apoia na Resolução ANA Nº 1175/2013 que estabelece usos de pouca expressão, e que esta resolução não trata de acumulações. Sugerindo a retirada deste termo da proposta resolução. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro (ANA)** citou o CBH Verde Grande que fez uma resolução, também, baseada na 1175/2013, e que na ocasião a CTPOAR retirou o termo acumulações. O **Sr. Julio Thadeu (Presidente da CTIL)** sugeriu que a questão fosse resolvida no plenário do CNRH. A sugestão foi aceita pelos representantes. Na sequência a proposta de resolução foi aprovada por unanimidade. **Item 4 - Proposta de Resolução que “Estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos”.** Matéria encaminhada pela CTPOAR. O Presidente da CTIL fez um breve histórico da tramitação desta matéria. Esclareceu que na 34ª Reunião do CNRH, após a apresentação do pedido de vista, a plenária deliberou pelo retorno da proposta à CTPOAR. Por se

tratar de um assunto de conhecimento da CTIL, solicitou que a análise da proposta se ativesse aos artigos que foram objeto deste pedido de vista. Os representantes da Agência Nacional de Águas na CTPOAR, Luciano Menezes e Luis Henrique Pinheiro Silva, esclareceram as principais conclusões constante do referido parecer, quais sejam: a permanência do termo “acumulações” e a manutenção do cadastramento de usos considerados insignificantes. O estado da Paraíba falou de sua preocupação com acumulações insignificantes e com a obrigatoriedade do cadastro inclusive para usos insignificantes. O **Sr. Luciano Menezes (ANA)** explicou sobre a possibilidade de realização de cadastro de maneira indireta, tais como dados secundários e bancos de dados de outras entidades. O **Sr. Júlio Thadeu K. (Presidente da CTIL)** sugeriu que a proposta de resolução fosse encaminhada para o CNRH, sendo que os dois pontos pendentes se tratam de análise de mérito, uma vez que a resolução já foi analisada pela CTIL em outras ocasiões. O **Sr. Gustavo M. (ONG)** colocou que existe um pedido de vista da Fonasc, e que tinha dúvidas no artigo 2º. Solicitou que se colocasse “quando couber” no sentido da possibilidade de descentralização. Quanto às solicitações do representante da Sociedade Civil, foi informado que elas estavam contempladas nos termos dos artigos 6º e 7º da proposta de resolução. Realizados os esclarecimentos a proposta de resolução foi aprovada, com 3 abstenções: Indústria, Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo e Organizações não Governamentais. [Item 5 - Proposta de Resolução que “Altera o percentual de repasse referente à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu”. Deliberação CEIVAP nº 233, de 09 de maio de 2016. Matéria encaminhada pela CTCOB.](#) A **Sra Maria Aparecida Vargas (CEIVAP)** contextualizou a proposta e se apresentou como secretária executiva do CEIVAP, informou que a transposição tem a finalidade de geração de energia e parte da vazão é transposta para o Guandu, e o Comitê vem estudando uma proposta para cobrar a transposição, e que enfrenta várias questões legais, tais como o fato do rio Guandu ser de domínio estadual e a Paraíba do Sul ser federal. Informou que a forma que se encontrou para discutir está cobrança se deu por meio de um pacto entre os dois comitês. E que os valores deveriam respeitar os propostos pelo Rio de Janeiro. Ainda colocou que a lei de cobrança do Rio de Janeiro reconheceu o pacto e o percentual de 15%. Comunicou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro criou uma comissão especial entre o CEIVAP e o Guandu para discutir a questão. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** apresentou algumas dúvidas quanto à apresentação, informando que em sua opinião não se tratava de uma cobrança a ser deliberada pelo CNRH. Colocou que o problema seria a tramitação legal deste recurso, que não passa pela ANA. Não se configurando cobrança. Sugeriu colocar no artigo 3º a palavra pacto, por conta das observações da Sra Maria Aparecida. Após debates e esclarecimentos, foi de entendimento da CTIL que não se tratava de revisão de mecanismos e valores incidentes sobre usuários de água bruta e sim, um pacto negociado entre os dois comitês quanto ao percentual de repasse da cobrança pelo Estado do Rio de Janeiro pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu. Em sendo assim, não haveria razões para o CNRH se manifestar. Neste sentido, visando regularizar a situação, uma vez que o assunto vinha sendo tratado pelo Conselho, sugeriu-se a inclusão do artigo 3º na proposta de resolução, objetivando deixar registrado que a partir da aprovação desta norma, o CNRH não precisaria mais deliberar sobre esse assunto. Também foi sugerida a inclusão de duas considerações, reportando a Resolução CNRH nº 150, de 28 de junho de 2013 e ao inciso IV do Art. 11 da Lei nº 4.247, de 2003, do Estado do Rio de Janeiro, alterado pela Lei nº 5.234, de 2008. Realizadas as adequações, a proposta de Resolução foi aprovada para encaminhamento ao Plenário do CNRH. A reunião, no dia seguinte, iniciou com o [Item 14 - Proposta de Moção que “Recomenda ao Governo do Estado do Piauí que sejam tomadas ações de articulação com a União para a regularização do uso das águas superficiais e subterrâneas no Vale do Gurguéia – PI, além do planejamento para o uso múltiplo e integrado destes mananciais”.](#) Matéria encaminhada pela CTAS. A **Sra Roseli Souza (Representante da CTAS)** fez um breve histórico, informando que a demanda partiu do Fonasc por meio do Conselheiro Willy Ortis, solicitando ação do CNRH visando finalizar o desperdício de água na região. O pedido se baseou em ação civil pública que corre no estado do

Piauí. Neste sentido, a CTAS realizou três reuniões para discutir o tema, onde foram realizadas diversas apresentações, contando inclusive com a participação do Ministério Público Federal e Estadual, culminando com a elaboração da moção em referência. Ainda, sobre a ação civil pública, colocou que esta se baseou na questão da gestão ineficaz deste recurso (água subterrânea do Vale do Gurgueia), informando que no estado existem diversas comunidades que sofrem com falta de água e são abastecidas por carros pipas. Após isto apresentou a estrutura da moção. O **Sr. Júlio Thadeu K. (Presidente da CTIL)** mencionou a Moção CNRH 05/2001 que versa sobre assunto similar. A **Sra Eldis** pontuou que a ANA não tem competência sobre o assunto, por tratar-se de água subterrânea, mas estariam dispostos a ajudar. A **Sra Sonáli C. Oliveira (Concessionarias)** perguntou sobre o monitoramento de águas subterrâneas. A **Sra Eldis** e a **Sra Roseli** explicaram que o monitoramento é realizado pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM e pelos estados. Por não haver mais comentários, a proposta de moção foi aprovada sem alterações. [Item 12 - Proposta de Resolução que “Estabelece o conteúdo mínimo para o Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil; revoga o artigo 2º e o § 2º do artigo 3º da Resolução CNRH nº 58, e dá outras providências”.](#) [Matéria encaminhada pela CTPNRH.](#) A matéria foi apresentada pela Presidente da CTPNRH, Jussara Cabral, que explicou a tramitação dentro da Câmara, bem com as motivações para a elaboração da proposta. Destacou a importância do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos para a tomada de decisão, bem como seu efetivo funcionamento como ferramenta de apoio a avaliação do grau de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Além disso, destacou as fragilidades para a obtenção de informações, principalmente nos estados. A **Sra Livia Romano (CERHIRJ)** colocou que os estados terão que se adequar para a coleta de informações, e se haveria um prazo. A **Sra Jussara Cabral (OTEPS)** respondeu que não há uma obrigatoriedade expressa na resolução sobre isto. A **Sra Sonáli C. Oliveira (Concessionarias)** solicitou que fosse incluído artigo que tratasse da questão de crise hídrica ou da gestão da crise, tendo em vista a grave situação de escassez hídrica que passa o país, em especial na região nordeste e sudeste. A **Sra Jussara Cabral (OTEPS)** informou que essa questão estava atendida pelo art. 5º. O **Sr. Percy Soares (Industria)** solicitou esclarecimento sobre o art. 9, que dava a entender que o relatório só seria publicado após a validação do CNRH. Ao que foi informado pela Sra. Jussara que a CTPNRH se debruçaria sobre o Conjuntura e faria recomendações para o próximo relatório, e que haveria a publicização do documento. Salientou a necessidade do aprimoramento contínuo da disponibilidade e do acesso das informações apresentadas nos relatórios de forma a contribuir para a uma melhor atuação dos entes envolvidos na gestão de recursos hídricos. Após esclarecimentos foi realizada a leitura da resolução, que foi aprovada por unanimidade. [Item 15 - Apresentação do Grupo de Trabalho acerca da análise do Relatório de Segurança de Barragens 2015.](#) [Matéria encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH – Primeiramente o Sr. Júlio Thadeu K. \(Presidente da CTIL\)](#) contextualizou a criação do Grupo de Trabalho e colocou que se trata de um parecer estritamente técnico, e que para o próximo ano a análise estaria a cargo da CTAP. Na sequência, a representante do GT, Jussara Cabral (OTEPS), realizou a apresentação do RSB 2015, que engloba o período de outubro de 2014 a setembro de 2015. Destacou alguns pontos, entre os quais o problema das barragens órfãs, o que dificulta a adoção de medidas regulatórias ou de fiscalização para que providências sejam tomadas; e a ausência de informações de algumas barragens, muito em função da falta de estruturação de alguns órgãos. Quanto às recomendações do RSB, destacou a de número 6, dirigida ao CNRH, para que este desenvolva estratégia para reforçar o seu papel de zelar pela implementação da PNSB. O **Sr. Fernando C. Faria (Irrigantes)** colocou que as informações são coletadas a partir dos dados de outorga concedidas, e muitas vezes é somente solicitada a volumetria. Discorreu sobre o problema de falta de corpo técnico nos órgãos gestores para analisarem os projetos de barragem, falta de capacitação e a questão da mídia após o caso de Mariana. A **Sra Célia Rennó (OTEP)** também destacou a falta de estrutura dos entes fiscalizadores, informando que não viu no relatório uma análise desta questão. A **Sra Jussara Cabral** informou que na CTAP existe esta preocupação, sendo que foram montadas diversas oficinas, visando a

revisão das resoluções e a questão técnica de segurança de barragens. O **Sr. Gustavo Goretti (Irrigantes)** colocou a necessidade de execução de barramentos para irrigação, e esta questão precisa ser analisada, com fortalecimento dos órgãos fiscalizadores. O **Sr. Gustavo Malacco (ONG)** recomendou que fosse rediscutido o modelo atual de segurança de barragens, para incentivar tecnologias e estimular o debate. Durante os debates foram prestados esclarecimentos por representantes da Coordenação de Regulação de Serviços Públicos e Segurança de Barragens (COSER/ANA) da Agência Nacional de Águas. O **Sr. Júlio Thadeu K. (Presidente da CTIL)** encerrou as discussões, pontuando algumas observações e recomendações dos membros da câmara, a serem inseridas no relatório, tais como, necessidade de profissionais com formação específica; fortalecimento dos órgãos fiscalizadores; programas de capacitação, estímulo ao debate para os tipos e tecnologias de barragens. Os membros aprovaram o encaminhamento do Relatório e do Parecer do GT para a apreciação do CNRH. [Item 6 - Proposta de Resolução que “Aprova a indicação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar funções de Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande”.](#) [Matéria encaminhada pela CTCOB.](#) O **Sr. Giordano Bruno (ANA)** relatou que a cobrança do Verde Grande já foi aprovada, e que o assunto principal a ser discutido seria a indicação, pelo comitê, do prazo de vigência da indicação da Peixe Vivo, como função de agência, uma vez que o mérito da indicação já foi discutido na CTCOB. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** realizou a leitura da resolução. Foi sugerida a mudança da palavra indicação para delegação, e desempenhar para exercer. Com estes ajustes a proposta foi aprovada para ser encaminhada ao CNRH. [Item 10 - Proposta de Resolução que “Aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2017”.](#) [Matéria encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH.](#) O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** apresentou a proposta, não havendo questionamento por parte dos presentes a proposta foi aprovada. [Item 11 - Renovação da composição das Câmaras Técnicas: CTAP, CTAS, CTPOAR, CTCT e CTGRHT.](#) [Matéria encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH.](#) O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** apresentou brevemente o processo de renovação da composição e a sistemática da escolha dos representantes. Informou que foi solicitada a manifestação formal via e-mail até o dia 29 de setembro, sobre o interesse dos segmentos em participar da composição do próximo mandato das referidas câmaras técnicas. Dado ao baixo índice de manifestações, o prazo foi prorrogado até o dia 14 de outubro. Depois mostrou para cada câmara o número de interessados e respectivos segmentos x número de vagas, a questão de faltas e resposta a convocação. Para proceder à escolha dos membros das Câmaras Técnicas foram utilizados os critérios já estabelecidos nas recomposições passadas. As substituições ocorreriam onde surgissem vagas por motivo de exclusão por faltas, de acordo com o art. 32 do Regimento Interno, ou por não ter tido manifestação do segmento que ocupava a vaga no mandato que estava se encerrando. Após isto, foram propostas algumas sugestões dos membros para a composição das Câmaras Técnicas. O **Sr. Gustavo Malacco (ONG)** colocou a questão de representação e representatividade, questionando a representação majoritária de membros do governo federal dentro das câmaras e do CNRH. Foi informado que nas câmaras técnicas há um equilíbrio nas representações, dada as especificidades dos assuntos. Por fim, considerando a manifestação expressa dos segmentos integrantes do CNRH interessados em participar das Câmaras Técnicas supracitadas e a análise procedida pela CTIL foi elaborada uma proposta de composição para posterior aprovação do CNRH. [Item 13 - Proposta de Resolução que propõe a “Definição do conceito de Recursos Hídricos”.](#) [Matéria encaminhada pela CTCT.](#) O Presidente da CTIL, **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut**, iniciou a discussão sobre a proposta de definição do termo “recursos hídricos”, matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia (CTCT), explicando que o assunto iniciou na CTIL, motivado pela solicitação da Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente que encaminhou a proposta do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU). Lembrou que na ocasião a CTIL realizou discussão sobre a necessidade de definição do termo “recursos hídricos”, chegando-se a conclusão de que deveria,

mas que a câmara competente para analisar a proposta seria a CTCT. Salientou que a proposta do CNZU era muito extensa, além de abarcar não só a definição de recursos hídricos. Informou que a CTCT analisou a demanda e apresentou a seguinte proposta: recursos hídricos é a água utilizada para fins ambientais, sociais e econômicos. Feito esses esclarecimentos iniciais, passou a palavra ao Sr. Antônio Calazans Reis Miranda, representante do MMA na CTCT. O **Sr. Antônio Miranda** ratificou que a proposta partiu de uma demanda do Comitê Nacional de Zonas Úmidas – CNZU, e que a CTCT elaborou um parecer sobre o assunto. Colocou que foram aventadas duas definições uma que mencionava os fins ambientais e outra não, ganhando a primeira proposta por pequena margem. Disse que houve dúvida quanto a legalidade de se mencionar fins ambientais, principalmente por causa da outorga, pois poderia suscitar interpretação de necessidade de outorga de uso da água em unidades de conservação e em usos ambientais. Também informou que na CTCT não foi elaborada minuta de resolução, uma vez que houve o entendimento que a CTIL deveria discutir a questão legal e institucional, sendo que a minuta apresentada foi elaborada pela secretaria-executiva para ajudar nos trabalhos. O **Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** indagou em qual competência do CNRH encontra-se a atribuição de definir conceitos, lembrado que o órgão público só pode executar o que é determinado por lei, assim, a dúvida e se estaria o CNRH autorizado a definir recursos hídricos. A **Sra Eldis Camargo (ANA)** colocou que na procuradoria da ANA, que exerce uma atividade-fim, existe a dificuldade de se trabalhar com o conceito de recurso hídrico. Explicou que as águas superficiais e subterrâneas são consideradas recursos ambientais pelo art. 3º inciso V da Lei 6.938/81, sob a égide do art.º 225 da Constituição Federal, submetendo-se a legislação ambiental. Segundo ela, isto significa que um bem ambiental é de natureza difusa, sendo considerado um bem coletivo. Por este raciocínio o art. 1º de Lei 9.433/97 seria considerado inconstitucional, pois a água foi colocada como um bem público. Informou que o legislador separou a água em bem ambiental (para preservação e conservação) e a água para usos (área de recursos hídricos). Em termos de competências, em relação ao sistema federativo, a água como recursos hídricos está nos artigos 20 e 21 da CF e a água como bem ambiental nos 23, 24 e quiçá o art. 30. Que para tratar da água como recurso hídrico as competências estão divididas entre a união e estados, e a água como bem ambiental tem competência comum entre união, estados e municípios. O **Sr. Gustavo Malacco (ONGS)** colocou sua preocupação quanto a retirada do termo ambiental da definição de recursos hídricos, já que no sistema de outorga existe o termo de vazão ecológica e, dentro dos planos de bacias, tem-se a definição de áreas para proteção de recursos hídricos, sendo que vários países defendem os ecossistemas aquáticos como usuários. Também argumentou que esta decisão vai representar um retrocesso, pois deve-se reconhecer os ecossistemas aquáticos/biodiversidade como usuários, o que seria uma inovação. Como exemplo citou o estado de Minas Gerais que em sua legislação define a proteção de recursos hídricos e ecossistemas aquáticos. Para ele, na medida que se retirar o termo ambiental da definição de recursos hídricos, nenhum plano diretor de bacias vai definir mais áreas de proteção de ecossistemas aquáticos, e não teremos mais áreas de restrição para estes locais. Isto representa um perigo legislativo, pois suprime-se um artifício interessante. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** argumentou que recursos hídricos seria uma ciência para administração de uso da água. Para ele seria redundante colocar o uso ambiental, pois este seria o valor de não uso. Enfatizou a necessidade de haver uma definição de recursos hídricos. A **Sra. Aparecida Vargas (CEIVAP)** destacou que o primeiro conflito resolvido foi a de outorga de uso para geração de energia, outro seria com o DNPM sobre a água mineral. O conflito no final é de outorga, com a água podendo ser entendida como um bem e como recursos hídricos. Destacou que nunca se chegou ao conceito do que seria vazão ecológica. O **Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** voltou a questão da dúvida sobre a atribuição do CNRH para elaborar um conceito. Segundo ele, pelo art. 12 da Lei 9.433 os usos ambientais não estão sujeitos a outorga, e não entende o porquê de se criar uma resolução com este termo. Destacou que não se tem uma clara visão das repercussões da inclusão de ambiental na definição de recursos hídricos, e mencionou que havia pouca clareza sobre o que seria água e recurso hídrico, e que esta questão não

deve ser resolvida por meio de uma resolução do CNRH. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** colocou que na Lei 9.433/97 os instrumentos tratam de gerenciamento de recursos hídricos, e uma vez que o CNRH trata de recursos hídricos, poderia definir tal conceito. Salientou que pelos fundamentos da Lei 9.433/97 a água é um bem de domínio público, a gestão de recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos. O **Sr. Antônio Calazans Miranda (CTCT)** defendeu a inclusão do termo ambiental, citando que algumas outorgas de efluentes são concedidas para manter o fluxo do rio, que seria claramente um uso ambiental. Que para ele com certeza não haveria outorga para uso ambiental, como beleza cênica e como não uso. Para o **Sr. Percy Soares Neto (Indústria)** o uso ambiental não está sujeito a outorga, pois pelo art. 12 da Lei 9.433/97 estão sujeitos a outorga usos que alterem a quantidade e qualidade da água. E a questão de definição de recursos hídricos só traria mais confusão, na questão de dominialidade, por exemplo. Enfatizou que não deveria ser realizada por meio de resolução. O **Sr. Gustavo Malacco (ONGS)** destacou o art. 7º da Lei 9.433/97 sobre planos de recursos hídricos - propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos. Ressaltou que a ANA já vem adotando a proposição de áreas de restrição. O **Sr. Percy Soares (Indústria)** argumentou que se tratava de áreas de restrição de uso e não autorização de uso de água para o meio ambiente. O **Sr. Gustavo Malacco (ONGS)** concordou em não se trabalhar em uma resolução específica para a definição de recurso hídrico, pois entende ser perigoso não constar o uso ambiental. O **Sr. Demétrios Christofidis (MAPA)** também entendeu que não havia a necessidade de se definir recursos hídricos. O **Sr. Percy Soares Neto (Indústria)** concluiu que se deveria amadurecer melhor o tema, inclusive deixando clara a fronteira entre a gestão de recursos hídricos e de meio ambiente. Que seria prudente elaborar um documento ao CNZU apresentando como a área de recursos hídrico atua, buscando isto na própria lei. Ressaltou que a proposição de uma definição de recursos hídricos geraria muita fragilidade ao próprio sistema. O **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** encaminhou a proposta do Sr. Percy Soares Neto de se fazer uma comunicação ao CNZU, e colocou que havia necessidade de discutir o teor deste documento, o qual deveria responder as preocupações do comitê. Propôs, assim, a formação de um grupo de trabalho para redigir uma minuta de comunicação. O **Sr. Gustavo Malacco (ONGS)** solicitou que a minuta elaborada pelo grupo retornasse para apreciação da CTIL. O Grupo foi formado pela Eldis Carmargo (ANA), responsável por coordenar os trabalhos, Percy Soares Neto (Indústrias), Demétrios Christofidis (MAPA), Gustavo Malacco da Silva (ONGS), que terão a incumbência de apresentar um documento na próxima reunião da CTIL. Por não haver mais itens de pauta para discussão, o **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut** agradeceu a presença de todos, encerrando a 138ª Reunião da CTIL.

ATA aprovada na 139ª Reunião da CTIL.

Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente

Roseli dos Santos Souza
Relatora